

A crítica
4/1/98 A8
Ticuna 301

Índia ticuna aumenta legião de 'sem-direito' na cidade

Diacuí vive nas ruas de Manaus com os dois filhos doentes, sem paradeiro e passando fome

Euzivaldo Queiroz

Síglia Regina

A índia ticuna Diacuí Catumae Gavião, 23, mora com seus dois filhos nas praças do centro histórico de Manaus. Não tem paradeiro, passa fome, está desempregada, pega chuva e por causa disso tudo suas crianças estão doentes.

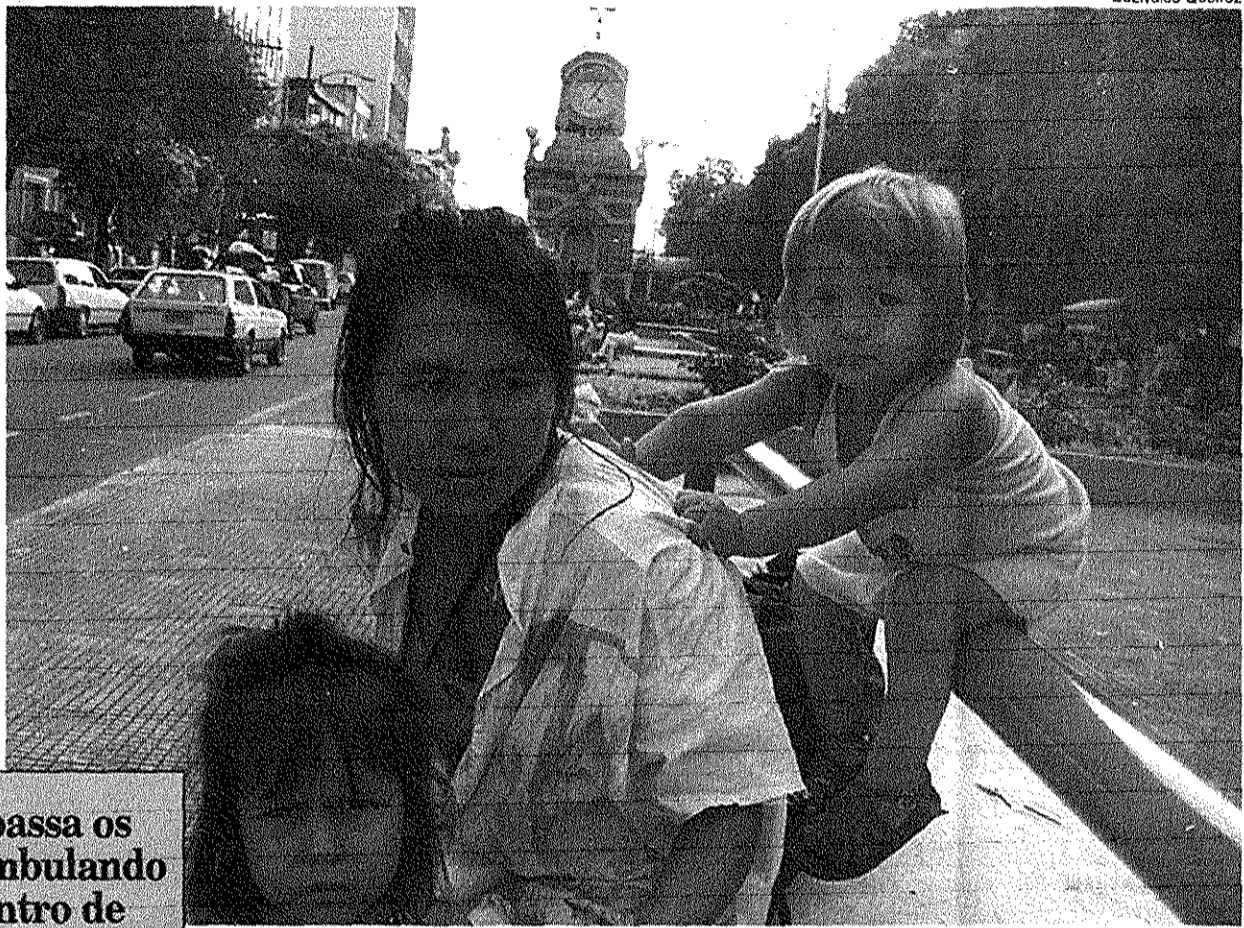
Mesmo 50 anos depois da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Diacuí e sua família não desfruta dos direitos essenciais do ser humano, assim como milhares de brasileiros sem-teto, sem-terra, sem-escola, sem-direitos.

Entre a praça da igreja matriz, do relógio municipal, praça Tenreiro Aranha e as lojas da Zona Franca de Manaus, Diacuí tenta vender artesanato. Mas isso não lhe garante nem a alimentação diária. "A sorte é que tem gente que dá um lanche. E eu ainda tenho leite no peito para dar para o Tupi", conta.

Tupi é o filho mais novo de Diacuí, com 1 ano e oito meses de idade. A mais velha se chama Itapoã e tem quatro anos. As duas crianças têm tosse, febre, vômito e diarreia, mas acompanham a mãe no Centro assim mesmo. Ela disse que já deu remédio recebido em um posto de saúde, mas como as crianças ficam resfriadas com a chuva voltam a adoecer. "Se arranjassem um emprego, queria parar dessa vida de tentar, tentar e não vender nada. Estou cansada de ficar com os meninos de um lado para o outro sofrendo", desabafa.

Os objetos vendidos por Diacuí são pulseiras de fibra vegetal, com pequenas pedras. Custam R\$ 1. Ela conta que algumas pessoas se interessam e compram, outras pedem para baixar o preço para R\$ 0,50. Segundo ela, às vezes arrecada R\$ 5 por dia, mas ontem, até às 17h, ainda não havia vendido nada.

Diacuí é da etnia ticuna e nasceu em Tabatinga, município na fronteira do Bra-



Diacuí, com os filhos, espera receber do governo o cartão Direito à Vida

Diacuí passa os dias perambulando pelo Centro de Manaus e tentando vender o artesanato que ela mesma faz

sil com a Colômbia e Peru, a 1.105 quilômetros de Manaus. Seu nome significa "estrela do mar" e o da filha Itapoã quer dizer "pedra que ronca". Saiu de Tabatinga com 17 anos, quando conheceu o pai de seus filhos, um paraense que a levou para Brasília. Lá a vida não deu certo e há três meses eles estão em Manaus, morando nas ruas. "A gente não se entende mais. Ele bebe muito", conta a índia.

Diacuí quer casa e emprego

Sem perder a esperança, Diacuí Catumae Gavião disse que está tentando conseguir uma casa e um emprego. Ela só estudou até a primeira série primária. Conta que já se inscreveu no programa social do governo do estado esperando receber um cartão "Direito à Vida", que lhe renderia R\$ 30 mensais. "Dei meu nome para uma assistente social do governo, mas já voltei lá e ainda não tive nada de resposta. Ela me disse que o governo ainda está fazendo o projeto para ajudar os pobres", conta.

Também tentou uma vaga para dormir no albergue instalado no armazém do Porto. "Mas lá eles só recebem pessoas viciadas em bebida que querem se recuperar do vício. Não posso

ficar lá com crianças", explica. O abrigo é administrado pelo centro espírita Eurípedes Bosanulfo, cujos adeptos distribuem sopa aos pobres nos dias de sábado. Pelo menos com a sopa, Diacuí é beneficiada uma vez na semana.

Por enquanto, Diacuí dorme com suas crianças na praça Tenreiro Aranha procurando se defender das chuvas que têm sido frequentes em Manaus desde o início de dezembro. Os princípios da declaração universal dos direitos humanos aprovados em 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e do qual o Brasil é País signatário, ainda não se tornaram realidade para Diacuí, nem para milhares de homens, mulheres e crianças brasileiras.

Direitos humanos

Artigo 1 - Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

(...)

Artigo 2 - Todo homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição.

(...)

Artigo 25 - Todo homem tem

direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstância fora do seu controle. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas de matrimônio ou fora dele, têm direito a igual proteção social.

Socióloga analisa exclusão

A vida é o direito humano que menos tem sido valorizado em Manaus e no Brasil, segundo a coordenadora do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) da Região Norte, a cientista social Socorro Prado, 34. O CDDH é um órgão ligado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) da Igreja católica, mas tem atuação leiga

recebendo denúncias de abusos, encaminhando casos à Justiça e denunciando a violência institucional.

Socorro afirma que a maioria da população não tem seus direitos essenciais - segurança, alimentação, saúde, educação, habitação - e por isso a democracia não existe de fato no País. As pessoas acabam participando da sociedade só nas eleições. Elas acabam só exercendo o direito do voto e têm excluídos seus outros direitos econômicos, sociais, políticos. "As pessoas são excluídas de exercer a cidadania", comenta.

O exemplo disso está nas ruas, afirma a cientista social. "Basta ver o número de meninos de rua. Não se sabe quantos são, mas é visível. Basta ver o número de desempregados e de pessoas que estão indo para a rua para se tornar pedintes", disse.

Para a coordenadora do CDDH, a mudança dessa situação depende de solidariedade, mas também da participação nas decisões da sociedade. "Não é só eleger alguém, mas acompanhar os processos de decisão que são encaminhados", afirma.

Entre os abusos contra os direitos humanos mais cometidos em 1997, Socorro relaciona a violência no trânsito e a violência nos bairros mais pobres. Mas não deixa de citar também a violência institucionalizada, causada pelos setores que inclusive deveriam garantir os direitos da população.

Socorro cita como exemplo de violência contra a cidadania e contra a ética na política, a rejeição da Assembleia Legislativa do Estado (ALE) em investigar a compra de votos para a emenda da reeleição do presidente da República, mesmo sendo uma denúncia que envolveu o governador do estado e que teve repercussão nacional.